

Empresários prometem apoio

Nilton Horita

SÃO PAULO — Os principais líderes da indústria paulista já decidiram que vão apoiar a política de redutor de preços fechada pelo governo quinta-feira com um grupo de líderes empresariais. A reunião da próxima quarta-feira, reunindo o empresariado de todo o país na sede da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp) será o momento que pode resultar em grande manifestação de unidade nacional em defesa de uma transição tranqüila até a realização das eleições presidenciais — isso se as demais lideranças apoiarem a posição dos paulistas. Na última sexta-feira, as lideranças empresariais de São Paulo, que ainda estavam divididas, conseguiram alinhar um acordo para que o país prossiga tranqüilo até novembro e, quem sabe, até a posse do novo presidente, dependendo de quem for o vitorioso. A contribuição dos bancos, por exemplo, será a não cobrança de tarifas sobre os serviços.

Em meio a essas intensas articulações nos bastidores, decidiu-se também que o setor bancário, que ficou de fora das rodadas de negociações entre os empresários e ministro da Fazenda, Mailson da Nóbrega, vai entrar firme no acordo com sua parcela de contribuição. Já surgiram muitas idéias sobre como será essa participação. Os bancos não vão mais cobrar tarifas bancárias sobre suas operações, por exemplo, e dar uma demonstração explícita de confiança nos títulos do governo rolados diariamente no *overnight*. Por essa razão, a Federação Brasileira das Associações de Bancos (Febraban) vai fazer apelo público para que o Banco Central não realize mais seus leilões com títulos públicos (LFT) oferecendo cláusula de recompra.

“Não é mais necessário que se coloque cláusula de recompra”, afirma o presidente da Febraban, Leo Wallace Cochrane Junior. “Isso pode ter sido importante para um momen-

to de nervosismo, com as autoridades econômicas estando fora do país, mas agora não será mais necessário”. De acordo com Cochrane, a cláusula de recompra encurta ainda mais o prazo dos títulos para uma semana.

Outra contribuição dos bancos, segundo Cochrane, é que não está havendo praticamente nenhuma operação de crédito para os demais agentes econômicos. “Por incrível que pareça, nesse momento a nossa contribuição é não dar empréstimo”, afirmou Cochrane. “Já não existe muita demanda por crédito com os juros que estão sendo praticados. Portanto, não há tomadores e os bancos são cada vez mais seletivos, de forma que o volume de empréstimos está caindo cada vez mais.” Com isso, evidentemente, diminui a insegurança sobre a capacidade de pagamento dos tomadores de recursos além de diminuir consideravelmente a atividade econômica.

O dinheiro que está sobrando no sistema, dessa forma, acabará indo para as mãos do governo, direta ou indiretamente. “É claro que está complicado para o governo praticar a política monetária para recolher todo esse excesso de dinheiro e alguma coisa acaba indo para os ativos reais.” Cochrane elogiou os termos do acordo costurado entre os industriais e o governo. Segundo ele, é importante que todos tenham clareza de que não será mais possível se fazer algo mirabolante para estabilizar a economia, tornado-se importante, nesse momento, evitar de todas as formas a histeria e o nervosismo. “O quadro já está delineado, não adianta mais esperar por soluções de choque, acho que um acordo é difícil, mas todos estão conscientes dessa necessidade”.

Cochrane lembrou que os bancos não podem, como querem alguns setores, aplicar um redutor também para as taxas de juros. “A nossa mercadoria tem um preço para o poupador e o investidor, e eles não aceitariam que o banco aplicasse também um redutor sobre suas aplicações.”